



Análise do Desenvolvimento Rural Promovido por Camponeses Agroecológicos Ligados ao CETAP, Erechim – RS

Michel Diego Peccini¹

Resumo: Este trabalho procura analisar alguns aspectos do desenvolvimento rural promovido por camponeses agroecológicos ligados ao CETAP (Centro de Tecnologias Alternativas Populares), Erechim – RS. O mesmo faz parte de nosso projeto de pesquisa para dissertação de mestrado: “Potencialidades e limites dos camponeses agroecológicos ligados ao CETAP, Erechim – RS, na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável”, do PPGADRS (Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável) da UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Laranjeiras do Sul). Como metodologia, está sendo usado um estudo de caso junto aos camponeses agroecológicos. São ao todo 70 camponeses agroecológicos e 41 em processo de transição agroecológica que recebem apoio e suporte técnico do CETAP, Erechim – RS. Os camponeses e o CETAP têm ajudado a dinamizar uma produção de alimentos nutricionais e saudáveis que vem sendo comercializada em circuitos curtos, médios e longos.

Nota-se que os camponeses agroecológicos estudados têm ajudado a realizar um desenvolvimento rural multidimensional (econômico, social, ambiental, cultural, político), sustentável e com bases sólidas. Além disto, pelo seu trabalho, estes camponeses têm sido sujeitos que auxiliam na garantia da soberania alimentar. Estes camponeses têm buscado autonomia e progresso em um contexto caracterizado por padrões múltiplos de dependência, por processos de exploração e de marginalização. Também têm exercido um papel crítico nas sociedades modernas atuando na transformação do contexto, tentando resistir e escapar do controle capitalista.

Os camponeses agroecológicos, como constatamos, têm se baseado no uso inteligente e sustentável do capital ecológico, na internalização da natureza, na co-produção e na co-evolução. Com mão-de-obra fundamentalmente familiar ou de relações de reciprocidade entre vizinhos ou membros de uma comunidade, a produção de alimentos é elevada e sustentável. As unidades agrícolas são o mais auto-suficiente possível, tendo uma forte base de recursos, buscando um distanciamento de mercados, visto que os insumos e materiais para a produção são, em grande parte, da própria unidade agrícola. Os camponeses agroecológicos se constituem em uma resposta para os impérios alimentares e para o agronegócio. Além das lutas abertas, têm realizado uma luta pelas beiradas, como no caso da resistência cotidiana, da oculta e camuflada resistência dentro dos espaços de produção.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural, Camponeses, CETAP.

¹ Mestrando em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Laranjeiras do Sul – sustentagroec@gmail.com

Introdução

O presente trabalho faz uma breve análise do desenvolvimento rural promovido por camponeses agroecológicos ligados ao CETAP, Erechim – RS. O trabalho está dividido em cinco partes. Na primeira, busca apresentar o CETAP e o serviço que este Centro realiza junto aos camponeses agroecológicos. Na segunda parte, reflete o termo camponês agroecológico a partir da visão de agricultor camponês de Ploeg (2008, 2009a, 2009b), distinguindo este do agricultor empresarial e do agricultor capitalista. Na sequência, terceira e quarta partes, traz uma reflexão sobre o desenvolvimento rural e o desenvolvimento rural sustentável a partir da visão de alguns autores, a fim de situar o desenvolvimento. Por fim, analisa o desenvolvimento rural promovido pelos camponeses agroecológicos.

O trabalho tem como objetivo perceber se os camponeses agroecológicos realizam um desenvolvimento rural que vai além de um desenvolvimento econômico apenas. Com isto, notar se os camponeses agroecológicos se pautam em um desenvolvimento multidimensional, sustentável e com bases sólidas, adverso em muitos aspectos ao desenvolvimento preconizado pelo modelo capitalista, pelo agronegócio.

1 CETAP

O CETAP é uma organização da sociedade civil – ONG (Organização Não Governamental), que foi criada em 1986, com o objetivo de encontrar alternativas mais apropriadas aos agricultores familiares e camponeses para promover o desenvolvimento com mais sustentabilidade (CETAP, 2014). A missão institucional do CETAP é contribuir para a afirmação da agricultura familiar e suas organizações, atuando na construção da agricultura sustentável com base em princípios agroecológicos. Atua por meio da sensibilização/formação (capacitação) dos camponeses, pelo acompanhamento a famílias e grupos e pela assessoria às organizações sociais.

O CETAP, Erechim – RS, atua em conjunto com a Rede Ecovida de Agroecologia, pela Ecoterra (Associação Regional de Cooperação e Agroecologia) região Alto Uruguai - RS, e com o CAPA de Erechim (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor). A Ecovida aparece como certificadora, a Ecoterra como organizadora da comercialização e do abastecimento alimentar, o CETAP, Erechim – RS, como suporte aos camponeses e organizador do processo de certificação e o CAPA como parceiro nos trabalhos.

Este Centro acompanha cerca de 70 camponeses com produção e comercialização agroecológica, 41 camponeses em processo de transição agroecológica e 30 camponeses iniciando um trabalho de acompanhamento, reflexão e conscientização. O trabalho realizado acontece em 12 municípios da região Alto Uruguai – RS, sendo eles: Erechim, Barão de Cotegipe, Barra do Rio Azul, Itatiba do Sul, Três Arroios, Aratiba, Severiano de Almeida, Paulo Bento, Viadutos, Mariano Morro, Áurea, Centenário.

Os camponeses ligados ao CETAP, Erechim – RS, produzem verduras, frutas, legumes, tubérculos, cereais, carnes e derivados, leite e derivados, pães,ucas, bolachas, mel, entre outros, a partir dos princípios agroecológicos levando em conta a multidimensionalidade da realidade. Não são utilizados agroquímicos, agrotóxicos e nem transgênicos no manejo das culturas e das criações de animais.

Com a ajuda e organização do CETAP, Erechim – RS, a produção serve para o autoconsumo e o excedente é comercializado em circuitos curtos, médios e longos (feiras de venda direta, mercados, restaurantes, pontos permanentes de venda, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, lojas especializadas, entregas nas casas, vendas para festas e eventos, trocas entre núcleos da Rede Ecovida).

2 Camponês agroecológico

O camponês não deixou de existir. Ele está situado e inserido em um contexto capitalista, como apontou Bartra (2015). Conforme Ploeg (2008), por algumas vezes, o camponês limita-se a lógica capitalista, já em outras vezes reage a mesma lógica. O camponês possui algumas características que o diferem do agricultor empresário, do agricultor capitalista e do proletariado.

Por muito tempo, os camponeses estiveram fortemente presentes na sociedade, através de várias expressões, conforme a cultura, a época e o lugar que viviam, em uma luta constante pela liberdade e contrários a subordinação. Com o capitalismo e a modernização da agricultura, na atualidade ressaltados por uma globalização e liberalização abrangentes, o camponês passou a ter sua existência comprometida, questionada, marginalizada. O capitalismo e a modernização da agricultura criaram a idéia de que os camponeses são um atraso e devem desaparecer. Todavia, há uma realidade empírica na qual existem muito mais camponeses do que antes. Segundo Ploeg (2008, p. 6), “em todo o mundo, hoje existem cerca de 1,2 bilhão de camponeses”, constituindo cerca de dois quintos da humanidade.

Para Ploeg (2008), a agricultura mundial atual se caracteriza por três trajetórias interligadas: a industrialização multifacetada e de longo alcance; a recampesinização, um processo generalizado, porém freqüentemente renegado; e a desativação, um processo emergente em algumas regiões do mundo. Estas trajetórias interagem com três grupos díspares e inter-relacionados: a agricultura camponesa, a agricultura empresarial e a agricultura capitalista. Suas diferenças residem na forma de estruturar o social e o material, no modo de produzir (natureza, qualidade e sustentabilidade dos processos de produção), na visão de valor agregado, nos resultados. Ainda, pode-se citar neste panorama os que estão tentando entrar na agricultura, aqueles que moram no meio urbano ou rural (como assalariados rurais ou desempregados) e procuram adquirir ou conquistar uma unidade agrícola para ter maior autonomia.

O modelo de agricultura camponesa centra-se na construção e na reprodução de circuitos curtos e descentralizados, que escapam do controle do capital. A produção e o consumo de alimentos, a agricultura e a sociedade regional estão ligados. Já o modelo empresarial e o capitalista são constituídos por grandes empresas de processamento e comercialização de alimentos. Estas estão operando cada vez mais em escala mundial. Este segundo modelo é conhecido, por Ploeg (2008), como Império.

Não existe uma demarcação bem definida para distinguir um modelo de agricultura do outro. O que existe é uma diversidade de graus de campesinidade e de graus empreendedorismo. Para Ploeg (2008), em situações reais existem zonas cinzentas extensas que ligam essas expressões de agricultura. Todavia, têm-se diferenças claras e fundamentais que representam uma especificidade nas expressões do campesinato: a luta por autonomia; o controle e o gerenciamento da unidade agrícola; a co-produção, na relação com o capital ecológico; a realimentação da sua base de recursos; as ligações com o mercado; as pluriatividades; o conceito de sobrevivência; a redução da dependência; a cooperação e as inter-relações; a produção de valor agregado. Na seqüência, serão tratadas algumas das diferenças existentes entre a agricultura camponesa, a agricultura empresarial e a agricultura capitalista.

2.1 Agricultura camponesa

Para Ploeg (2008), a agricultura camponesa se baseia no uso inteligente e sustentável do capital ecológico, na internalização da natureza, na co-produção e na co-evolução. Procura obter resultados produtivos elevados e prósperos por objeto de trabalho, de forma sustentável

e com baixo custo. Realiza uma intensificação continuada baseada na quantidade e na qualidade do trabalho. O número de pessoas trabalhando mostra-se bem maior do que se comparado as unidades empresariais ou as capitalistas. A mão-de-obra é fundamentalmente familiar ou de relações de reciprocidade entre vizinhos ou membros de uma comunidade. Ela é orientada para a defesa e o melhoramento das condições de vida dos camponeses. A produção é elevada e sustentável e não pode ser forçada e desgastante para os camponeses. Por vezes, vincula-se em pluriatividades para um fortalecimento da unidade. A unidade agrícola é o mais auto-suficiente possível, tendo uma base de recursos fortalecida.

A agricultura camponesa caracteriza-se também pela multifuncionalidade. As terras e os meios de produção essenciais pertencem à família. A produção é orientada para a reprodução da unidade agrícola e da família e, o excedente, para o mercado e segundo a sua lógica, sendo este um dos seus limites. Em geral, busca um distanciamento de mercados, podendo seguir um caminho diferente e uma redução no grau de mercantilização, na interação com o mercado, visto que os insumos e materiais para a produção são da própria unidade agrícola. A continuidade e a relação existente entre passado, presente e futuro são respeitadas. A riqueza social é aumentada. A agricultura camponesa aposta na cooperação e nas inter-relações para fortalecer os camponeses. Procura a produção do máximo de valor agregado possível, sendo este ao menos duas vezes maior que em uma unidade empresarial ou que em uma capitalista. A agricultura camponesa vive, em grande medida, com autonomia, liberdade, consciência.

Ploeg (2009b) compreendeu o modo de produção camponês como *pequena produção mercantil* (PPM), na qual apenas parte do resultado da produção é comercializado e visto como um conjunto de mercadorias. Já a força de trabalho e os outros recursos cruciais para a produção não entram no processo de trabalho como mercadorias. A PPM baseia-se em recursos não mercantilizados que são usados para produzir mercadorias e para reproduzir os recursos adquiridos.

Ploeg (2009a) escreveu que os agricultores camponeses do mundo se constituem na maior resposta para os impérios alimentares. Além das lutas abertas: greves, protestos, bloqueio de estradas, ocupações, operações tartaruga, etc, os camponeses têm realizado uma luta pelas beiradas, como no caso da resistência cotidiana, da oculta e camuflada resistência dentro dos espaços de produção. Somam-se a estas formas de resistência, a intervenção direta nos processos produtivos e no trabalho. Estas expressões de resistência estão presentes no florescimento da Agroecologia e nas muitas formas de desenvolvimento rural. Segundo Ploeg (2009a, p. 27), “em suma: a resistência reside na multiplicidade de reações (ou respostas

ativamente construídas) que tiveram continuidade e/ou que foram criadas, no intuito de confrontar os modos de ordenamento que atualmente dominam nossas sociedades”. As estratégias de resistência camponesa, vistas como formas de produção e de ação, conduzem à busca e à construção de soluções locais para problemas globais. Baseadas na inventividade, na cooperação autônoma entre sujeitos, no desenvolvimento de novas potencialidades constitutivas e tomadas em seu conjunto, as estratégias de resistência “... tornam-se poderosas e podem mudar o panorama atual” (Ploeg, 2009a, p. 27).

O agricultor camponês apresentado por Ploeg (2008, 2009a, 2009b) pode ser entendido como um camponês agroecológico, porque produz e comercializa de modo agroecológico, porque procura uma produção sustentável com a menor dependência possível, porque busca e luta por autonomia e tenta resistir ao agronegócio. Este camponês procura seguir uma lógica diferente. Acreditamos que o camponês agroecológico, como o compreendemos, tem notória semelhança a descrição de agricultor camponês realizada por Ploeg (2008, 2009a, 2009b).

2.2 Agricultura empresarial

Em muitos países a agricultura empresarial foi o reflexo de uma política de modernização da agricultura, materializando-se a partir da década de 1960. A agricultura empresarial é essencialmente baseada em capital financeiro e industrial (créditos, insumos industriais, tecnologias), é orientada pelo mercado e para este. Os empresários agrícolas preferem mecanismos de mercado para regular as relações internas. Estes agricultores são ativamente dependentes do mercado, sendo que uma crise deste os afeta diretamente. Segundo Ploeg (2008, p. 137), “devido ao grau elevado de integração e dependência dos mercados, a unidade de produção empresarial tem de seguir a ‘lógica do mercado’”.

A agricultura empresarial é desconectada da natureza e essencialmente artificializada. Nela, a intensidade da produção é adquirida em função da tecnologia. O aumento em escala é a trajetória de desenvolvimento dominante, na qual, em muitas situações os agricultores camponeses têm sido retirados de suas terras e casas pelos empresários agrícolas. Assim, a renda é fortemente dependente da escala de produção, da expansão continuada na unidade agrícola empresarial. A mão-de-obra é especializada. Neste modelo de agricultura são criadas rupturas entre passado, presente e futuro. Além disto, realiza-se uma contenção da riqueza nas mãos de poucos. Segundo Ploeg (2008, p. 141), “o desenvolvimento ao longo do tempo das

unidades agrícolas empresariais é muito semelhante à estruturação típica da agricultura capitalista”.

Ploeg (2009b) entendeu o modo de produção empresarial como *produção simples de mercadorias* (PSM), na qual, “... com exceção do trabalho, todos os demais recursos materiais e sociais entram no processo de trabalho como *mercadorias*” (Ploeg, 2009b, p. 21). São introduzidas as relações mercantis e a lógica do mercado neste processo de trabalho. A PSM baseia-se em fluxos de mercadorias que são convertidas em novas mercadorias.

2.3 Agricultura capitalista

Conforme Ploeg (2008), a agricultura capitalista, também conhecida como corporativa de grande escala, tem emergido sob a égide do modelo agroexportador. Ela engloba uma rede extensa de empresas agrícolas de grande mobilidade e utiliza mão-de-obra de trabalhadores assalariados, quase que exclusivamente. Com interesse explorativo e acumulativo, tem sua produção voltada para a maximização do lucro e vista como função desta. Condiciona cada vez mais segmentos essenciais de mercados agrícolas e alimentares.

Ploeg (2009b, p. 21) percebeu que “a *produção capitalista de mercadorias* (PCP) representa uma mercantilização completa: a força de trabalho e os demais recursos entram no processo como mercadorias e todos os produtos obtidos circulam como mercadoria”. A produção capitalista de mercadorias é pautada pela mais-valia.

3 Desenvolvimento rural

Ao se falar de desenvolvimento, geralmente este é comparado ao crescimento econômico, à concentração de renda, ao aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e não é levada em conta a multidimensionalidade que envolve o desenvolvimento. O econômico é apenas uma das dimensões da vida e não é o mesmo que desenvolvimento. Então, o ser humano se depara com diversas indagações. Ao olhar para o mundo ao seu redor, nota que alguns alcançaram elevados patamares de vida enquanto muitos estão na margem e enfrentam as mais diversas dificuldades, lutam para sobreviver, passam fome, estão entre os desempregados que o sistema procura manter, buscam um pedaço de terra para plantar ou por um teto para morar, são explorados e dominados de diversas formas, encontram-se em situação de miséria.

O termo desenvolvimento tem a ver com a vida, com processo de construção, com satisfação das necessidades humanas como um todo, com a contemplação das dimensões indispensáveis para a existência. Desenvolvimento não pode ser meramente comparado com crescimento econômico, mas deve ser entendido como um desenvolvimento total da sociedade (FURTADO, 2000; VEIGA, 2006).

Sen (2000) colocou que o desenvolvimento compreende a qualidade de vida e as liberdades substantivas das pessoas, sendo uma ampliação destas. Essas liberdades seriam capacidades elementares como ter condições de evitar privações como a fome, subnutrição, morbidez evitável, morte prematura; ter acesso à educação, à saúde, à moradia; direito de participação política; liberdade de expressão, entre outros. Reflete ainda que o produto nacional bruto e a industrialização não são suficientes para definir o desenvolvimento.

Na humanidade, notamos que o desenvolvimento é anterior às tentativas de sua definição. Grosso modo, segundo Favareto (2006), pode-se dividir o desenvolvimento em três fases:

- desenvolvimento como movimento histórico da humanidade: da gênese ao evolucionismo, um movimento progressivo (do início do pensamento até o século XX);
- crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento (idéia que prevaleceu no século XX);
- desenvolvimento como atendimento das dimensões humanas: crise do conceito de progresso e crítica social aos rumos do desenvolvimento, ampliando o foco do debate para além do crescimento econômico, contemplando as diferentes dimensões que fazem parte da vida, não somente a econômica (últimas décadas do século XX).

A atualidade deu um grande passo na desmistificação da noção de desenvolvimento, abarcando um sentido mais pleno para o termo, pois olha para o todo das dimensões humanas, não somente o econômico, ou a evolução, muito frisados em tempos anteriores. Este avanço da noção de desenvolvimento, como se percebe a partir da tese de Favareto (2006), é muito importante para entender o seu significado. Compreender o sentido amplo do termo desenvolvimento é necessário para que ele não se torne um mito, conforme Furtado (1974), sendo um processo desigual e marcado pela destruição do meio ambiente.

Ellis e Biggs (2005) abordaram temas dominantes e seqüenciais e fizeram uma linha do tempo do desenvolvimento rural. Chamou a atenção o fato de destacarem a eficiência da pequena propriedade para o desenvolvimento rural. Os autores viviam em uma realidade européia, em que já havia ocorrido a reforma agrária, e tentaram demonstrar a importância da mesma para os outros continentes.

Nos anos 60, do século XX, a pequena agricultura, a nível geral, foi considerada como motor do crescimento e do desenvolvimento. Conforme Ellis e Biggs (2005), os pequenos agricultores são agentes econômicos racionais, apontando para a eficiência nas questões referidas a unidade produtiva. Os pequenos agricultores são tão capazes quanto os grandes no aproveitamento das variáveis de alto rendimento. E existe uma relação inversa entre o tamanho da propriedade e a sua eficiência econômica. O crescimento da economia na agricultura depende da vitalidade da economia familiar. Tanto os objetivos do crescimento como os da igualdade parecem ser satisfeitos via a ênfase na pequena agricultura. De fato, são as bases que fazem o desenvolvimento rural.

Segundo Ellis e Biggs (2005), os pobres nas áreas rurais geralmente são pobres porque lhes falta terra, dependendo de emprego em atividades não agrícolas, o que estamos de acordo. Ao olharmos para o contexto brasileiro, podemos entender melhor porque o país não tem um desenvolvimento rural significativo. Falta-lhe uma reforma agrária, sobram-lhe latifúndios que são pouco eficientes, e muitos estão a lutar por um pedaço de chão, por dignidade. Claro que a reforma agrária não resultaria em uma solução mágica aos problemas do desenvolvimento rural, mas seria um bom passo para a transformação do sistema.

4 Desenvolvimento rural sustentável

As conseqüências das ações socioeconômicas antrópicas no ambiente, provocando uma degradação do mesmo e o comprometimento da sua qualidade de vida, levaram o ser humano a rever seu modo de viver, pensar e agir, e as suas relações com o local que habita. Conforme Brüseke (1995), o paradigma da sustentabilidade passou a ganhar força na tentativa de um modelo de desenvolvimento que integre crescimento econômico, equidade social e preservação ambiental.

Nos últimos tempos tem sido muito utilizado o termo sustentabilidade, que vem do latim “*sustentare*” que quer dizer sustentar, suportar, manter, conservar em bom estado (SARAIVA, 1993, p. 1171), sendo tudo aquilo que é capaz de ser mantido, conservado. Uma definição de desenvolvimento sustentável bastante ocupada é a que foi colocada pela Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento – desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas próprias necessidades (ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT – OECD, 1993). A OECD (2005, p. 1) aborda que

“o desenvolvimento sustentável abrange três dimensões do bem-estar: econômica, social e ambiental; e envolve sinergias e trocas complexas entre elas”.

Para Sachs (1990), a sustentabilidade constitui-se em um conceito dinâmico que leva em conta as necessidades crescentes das populações em nosso contexto, tendo como base cinco dimensões: a sustentabilidade econômica (destinação e administração correta dos recursos naturais), a social (vinculada a melhor distribuição da renda), a ecológica (uso efetivo dos recursos naturais existentes), a geográfica (ligada a uma espacialização rural/urbana mais equilibrada) e a cultural (ligada a realização de mudanças em harmonia com a continuidade cultural vigente). Sachs (2002) acrescentou quatro dimensões de sustentabilidade: a ambiental (visando permitir que ecossistemas naturais realizassem autodepuração), a territorial (procurando a eliminação de disparidades inter-regionais), de política nacional (vinculada a implantação de um projeto nacional), de política internacional (buscando a garantia da paz, o controle do sistema financeiro internacional, a cooperação científica e a diminuição das disparidades sociais).

Para Alier (1998), o desenvolvimento sustentável, que garanta o desenvolvimento humano em suas diversas dimensões, acontecerá com a redistribuição dos bens. Todavia, percebemos que é muito mais fácil para os países de primeiro mundo culpar os países pobres como responsáveis da destruição ambiental e da insustentabilidade do planeta, do que assumir a sua parte de culpa, do que ajudar na transformação da realidade de desigualdade, do que perder seus privilégios.

Por agriculturas mais sustentáveis e desenvolvimento mais sustentável, Caporal et al. (2009) querem evidenciar processos de mudança que resgatem uma postura mais ética e mais humanista nas práticas agrícolas e nas estratégias de desenvolvimento. Também coloca que existem tantas agriculturas quantos forem os diferentes agroecossistemas e sistemas culturais das pessoas que as praticam.

Para Caporal et al. (2009), a construção de agriculturas mais sustentáveis precisa ter presente dimensões mais amplas e complexas da sustentabilidade, que aquelas das ciências agrárias puras, como a: ecológica (solo, biodiversidade, reservas e mananciais hídricos, recursos naturais...), econômica (balanços agroenergéticos positivos, capacidade de reprodução social, abastecimento...), social (equidade, melhores níveis de qualidade de vida...), política (processos participativos e democráticos, exercício da cidadania...), cultural (conhecimento e valores locais das populações...) e ética (solidariedade intra e intergeracional, responsabilidade com o ambiente, segurança alimentar e nutricional...). Exige também mudanças estruturais, entre as quais se destaca a reforma agrária e um foco

expressivo no suporte aos agricultores familiares, para que se estabeleça uma transição do atual modelo hegemônico, ecotecnocrático e insustentável de desenvolvimento e de agricultura, baseado na ciência cartesiana e no modelo da Revolução Verde, hoje gravados pela difusão dos OLMs (Organismos Laboratorialmente Modificados), para um olhar de natureza eco-social, comprometido com a vida.

Para Vaccari (2006), o desenvolvimento rural sustentável pode ser visto como a melhoria nas condições de vida das pessoas que moram e trabalham no meio rural por processos sociais que levem em conta a eficiência econômica, a igualdade social e territorial, a qualidade patrimonial e ambiental, a sustentabilidade, a participação democrática e a responsabilidade cívica.

O desenvolvimento rural sustentável foi visto por Lewandowski et al. (1999) como o manejo e a utilização dos ecossistemas agrícolas visando manter a sua diversidade biológica, produtividade, capacidade de regeneração, vitalidade e habilidade de funcionar de modo que possa satisfazer sempre suas funções ecológicas, econômicas e sociais e que não seja uma ameaça para outros ecossistemas.

No Fórum Oeste de Entidades para o Desenvolvimento (2003) foram discutidos alguns objetivos para o desenvolvimento agrícola sustentável, os quais são: a manutenção para longo prazo dos recursos naturais e da produtividade agrícola; o mínimo de impactos adversos ao meio ambiente; o retorno adequado aos agricultores; otimização da produção das culturas com o mínimo de insumos químicos; satisfação das necessidades humanas em termos de alimentos e de renda; atendimento das necessidades sociais das famílias rurais.

A Agenda 21 colocou que o principal objetivo do desenvolvimento rural e agrícola sustentável é aumentar a produção de alimentos de forma sustentável e incrementar a segurança alimentar, o que envolve iniciativas na área da educação e de novas tecnologias, o acesso aos alimentos por parte dos grupos vulneráveis em paralelo à produção para os mercados, a criação de empregos e de geração de renda e o manejo e a proteção dos recursos naturais (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO – CNUMAD, 1992).

5 Análise do desenvolvimento rural promovido por camponeses agroecológicos ligados ao CETAP

Nota-se que os camponeses agroecológicos ligados ao CETAP, Erechim – RS, têm ajudado a realizar um desenvolvimento rural multidimensional (dimensões: econômica,

social, ambiental, cultural, política...), sustentável e com bases sólidas. Isto é demonstrado pela diminuição da dependência com o mercado (dimensão econômica), pelo aumento do valor social da produção e pela melhor distribuição da renda com redução das diferenças sociais entre os camponeses agroecológicos e entre estes e os não agroecológicos (dimensão social), pelo aumento da diversificação da produção na unidade agrícola e pela preservação ecológica na unidade (dimensão ambiental), pela valorização do conhecimento tradicional dos agricultores (dimensão cultural) e pela cooperação e organização realizadas entre os camponeses (dimensão política).

Além disto, pelo seu trabalho, estes camponeses apresentam-se como sujeitos que auxiliam na garantia da soberania alimentar. Estes camponeses têm buscado autonomia e progresso em um contexto caracterizado por padrões múltiplos de dependência, por processos de exploração e de marginalização. Também têm exercido um papel crítico nas sociedades modernas atuando na transformação do contexto, tentando resistir e escapar do controle capitalista.

Exemplo disto são as feiras de venda direta que têm evitado os atravessadores e tem gerado uma maior margem de sobra para os camponeses em relação as vendas não diretas. As feiras favorecem o contato direto entre agricultores e consumidores, uma relação próxima entre sujeitos. Ainda possibilitam a oferta e a comercialização da diversidade que é produzida.

Apesar de inseridos em um contexto capitalista, processando e vendendo sua produção, os camponeses agroecológicos conseguem escapar, um pouco ao menos, da lógica do mercado, da lógica capitalista, das suas normas e contradições, da sua exploração. Alcançam um maior valor agregado total por unidade de produção, contribuem mais para o desenvolvimento rural, para a sustentabilidade, para a produção de alimentos saudáveis.

Sendo a alimentação uma necessidade básica, percebe-se que os camponeses agroecológicos não tratam os alimentos como objetos de especulação e de lucro. Os camponeses agroecológicos ligados ao CETAP têm dinamizado uma produção de alimentos nutricionais e saudáveis que vem sendo comercializada em circuitos curtos, médios e longos. Além do autoconsumo das famílias, a produção de alimentos tem beneficiado em especial as pessoas que moram no meio urbano. A produção agroecológica camponesa tem contribuído com a soberania alimentar.

A importância das unidades agrícolas camponesas, multifuncionais e agroecológicas, reside não só nos produtos, serviços e no valor agregado associado que elas fornecem, mas também, e talvez especialmente, na sua contribuição para o capital social, para a qualidade de vida nas zonas rurais. Para Ploeg (2008, 2009a, 2009b), no uso de princípios de base

agroecológica muitos camponeses têm conseguido manter uma autonomia produtiva e têm realizado um desenvolvimento rural sustentável. Enquanto os agricultores empresariais e os agricultores capitalistas produzem um desenvolvimento e uma sustentabilidade ilusórios e apenas na dimensão econômica.

Em um contexto capitalista, os camponeses agroecológicos apresentam várias características que são base de um movimento camponês de desenvolvimento rural diferente do capitalista, do agronegócio. Conforme Sevilla Guzmán (2001), os camponeses agroecológicos possuem formas de ação social coletiva que apresentem alternativas ao atual modelo de manejo industrial dos recursos naturais. Levam em conta propostas que pretendem um desenvolvimento participativo no processo de produção e de circulação dos produtos e apontam para uma transformação social. Procuram estabelecer formas de produção e de consumo que contribuam para encarar a crise ecológica e social, e enfrentar o neoliberalismo e a globalização econômica. Os camponeses agroecológicos são sinal de resistência e possuem mobilização política, representam um movimento social na perspectiva anticapitalista.

Segundo Ploeg (2008, p. 6), “... um mundo com camponeses é um lugar melhor do que um mundo sem eles”. Nota-se que uma mudança ambiental, econômica, social, política e cultural a nível mundial só se faz possível com a presença e a luta dos camponeses. Junto de outros agentes sociais, os camponeses são importantes para a transformação acontecer, são necessários para um desenvolvimento rural de fato.

Considerações finais

Desta forma, percebe-se que os camponeses agroecológicos têm contribuído com a promoção de um desenvolvimento rural que tem a ver com a vida, que se ocupa com as várias dimensões que a envolvem. Eles têm estabelecido um desenvolvimento que de fato é sustentável diante do desenvolvimento dos moldes capitalistas. Como constatamos, os camponeses agroecológicos têm se baseado no uso inteligente e sustentável do capital ecológico, na internalização da natureza, na co-produção e na co-evolução. Com mão-de-obra fundamentalmente familiar ou de relações de reciprocidade entre vizinhos ou membros de uma comunidade, a produção de alimentos é elevada e sustentável. As unidades agrícolas são o mais auto-suficiente possível, tendo uma forte base de recursos, buscando um distanciamento de mercados, visto que os insumos e materiais para a produção são, em grande parte, da própria unidade agrícola.

Assim sendo, os camponeses agroecológicos se constituem em uma resposta para os impérios alimentares e para o agronegócio. Tem sido um sinal de resistência, pelas lutas abertas, na luta pelas beiradas, na resistência cotidiana, na oculta e camuflada resistência dentro dos espaços de produção. O desenvolvimento da agricultura está sendo sustentável pela posição que os camponeses agroecológicos ocupam na sociedade e pelos meios com os quais eles estão construindo seus níveis de autonomia, realizando a produção e a comercialização de seus produtos.

Referências bibliográficas

- ALIER, J. M. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: Ed. da FURB, 1998. (p. 99-142).
- BARTRA, A. **Economia política do campesinato**. São Paulo. Coletânea de textos da ENFF, nº 21, abril de 2015.
- BRÜSEKE, F. J. **O problema do desenvolvimento sustentável**. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**. São Paulo: Cortez, 1995. p. 29-40.
- CETAP. **Abastecimento alimentar: espaços e oportunidades**. Cartilha. Passo Fundo, 2014.
- CAPORAL, F. R. (org.) et al. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**. Brasília: 2009.
- CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE E O DESENVOLVIMENTO. **Agenda 21**. Rio de Janeiro: MMA, 1992.
- ELLIS, F.; BIGGS, S. **La evolución de los temas relacionados ao desarrollo rural**, desde a década dos anos 50 aos anos 2000. Organ. rurais agroind., Lavras, v. 7, n. 1, p. 60-69, 2005.
- FAVARETO, A. da S. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão – do agrário ao territorial**. São Paulo: USP, 2006. (tese de doutorado)
- FÓRUM OESTE DE ENTIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGRICULTURA FAMILIAR. **Sustentabilidade e seus vários significados**. Jornal Roça Viva, Cascavél, v. 1, n. 1, fev. 2003. Disponível em: www.agriculturafamiliar.org.br. Acesso em: 15 ago. 2015.
- FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- LEWANDOWSKI, I. et al. **Sustainable crop production: definition and methodological approach for assessing and implementing sustainability**. Crop Sciences, Madison, v. 39, p. 184-193, 1999.
- ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. **Measuring sustainable development: achievements and challenges**. In: CONFERENCE OFF EUROPEAN STATISTICIANS, STATISTICAL COMMISSION AND ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE, UNITED NATIONS, 2005.

- ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. **OECD core set of indicators for environmental performance reviews**. Paris, 1993. (OECD. Environmental Monographs, 83).
- PLOEG, J. D. V. der. **Sete teses sobre a agricultura camponesa**. In: **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. PETERSON, P. (org). Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009a, p. 17-32.
- PLOEG, J. D. V. der. **O modo de produção camponês revisitado**. In: **A diversidade da agricultura familiar**. SCHNEIDER, S. (org). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009b, p. 15-56.
- PLOEG, J. D. V. der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 96 p.
- SACHS, I. **Desarrollo sustentable, bio-industrialización descentralizada y nuevas configuraciones rural urbanas. Los casos de India y Brasil**. Pensamiento Iberoamericano, Madrid, v. 46, p. 235-256, 1990.
- SARAIVA, F. R. dos S. **Novíssimo dicionário latino-português**. 10 ed. Rio de Janeiro/Belo Horizonte: Livraria Garnier, 1993.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SEVILLA GUZMÁN, E. **Bases sociológicas de la agroecología**. Encontro Nacional sobre Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Botucatu: UNESP, 2001.
- VACCARI, A. V. **O rural revisto como sustentabilidade, estudo de caso em Gramado e Canela, Rio Grande do Sul, Brasil**. 2006. Disponível em: http://www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/12/29-GT-Andr%23U00e9-Volkart_Vaccari.doc. Acesso em: 21 ago. 2015.
- VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. São Paulo: Garamond, 2006.